



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1702/07	DATA: 04/10/2007
INÍCIO: 10h55min	TÉRMINO: 11h16min	DURAÇÃO: 00h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 21min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 5

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a realidade do sistema carcerário brasileiro, com destaque para a superlotação dos presídios; custos sociais e econômicos desses estabelecimentos; a permanência de encarcerados que já cumpriram pena; a violência dentro das instituições do sistema carcerário; a corrupção; o crime organizado e suas ramificações nos presídios, e buscar soluções para o efetivo cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Pois não, Deputado Arnaldo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Peço dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Por solicitação do Deputado Arnaldo, dispensamos a discussão da Ata e a colocamos então em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Deputado William?

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO – Só um minutinho, que eu estou sem a pauta, Presidente. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Pois não.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO – Estamos no Item nº 1, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Item?

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO – Estamos no Item nº 1?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Não. Estamos na aprovação da Ata.

O SR. DEPUTADO WILLIAM WOO – Obrigado, Presidente, me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Então, aprovado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Pois não, Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Nós não pudemos comparecer à última sessão da CPI em função dos atos necessários à nossa filiação ao PDT, ocorrida na tarde de ontem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Parabéns.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Obrigado.

Hoje nós estamos iniciando, conseguimos um canal eletrônico para levantar os orçamentos dos Governos Estaduais. Nós havíamos solicitado, juntamente com o Deputado William Woo, na Subcomissão, lá na Comissão de Segurança, e tivemos muita dificuldade. Terminamos descobrindo que, junto ao Ministério da Justiça e junto à Secretaria do Tesouro Nacional, estão depositados, por meio eletrônico, os orçamentos dos Governos de Estado.

Então, para nós isso é importante a fim de que possamos analisar qual é a prioridade dada à administração penitenciária nos Estados. Vamos então destrinchar, ou como se diz lá no Maranhão, no matadouro municipal, esquartejar a peça orçamentária para que possamos ter mais elementos. Espero, até terça-feira, poder compartilhar essas informações com as Deputadas e os Deputados desta Comissão. Portanto, agradeço a compreensão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Muito obrigado, Deputado.

Ordem do Dia.

Esta reunião tem por objetivo apreciar os itens da pauta: deliberação de requerimentos.

Em discussão o primeiro requerimento, que passo a ler:

Requerimento n.º 86/07 - do Sr. Jorginho Maluly - que "requer a realização de Audiência Pública para que sejam ouvidos os prefeitos dos Municípios de Catanduvas/PR, Presidente Bernardes/SP, Vitória da Conquista/BA e Ponte Nova/MG"

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Em discussão o segundo requerimento, que passo a ler.

Requerimento n.º 87/07 - do Sr. Jorginho Maluly - que "requer a realização de Audiência Pública para ouvir o Diretor Geral do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha II; a Juíza substituta da 1ª Vara de Execução Criminal, Regiane dos Santos; Dr. Charles de Kirlary, Psiquiatra; o ex-Juiz titular da 1ª Vara de Execuções Criminais e Corregedor, Dr. Cláudio do Prado Amaral".



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Eu queria sugerir que o requerimento tratasse apenas da audiência pública com o Diretor-Geral do hospital e com o Dr. Charles Kirlary. Posteriormente, dependendo desse depoimento, dessa audiência, convocaríamos a Juíza substituta e o Juiz titular.

Nós não devemos misturar no mesmo momento, nessa audiência, porque podemos ter fatos contraditórios. Então eu queria aprovar apenas em relação ao Diretor-Geral e ao psiquiatra, e a inclusão do Juiz, oportunamente. Poderia ter um novo requerimento para tratar do Juiz. Eu acho que nós não devemos misturar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Então nós, quem sabem nós fazemos o seguinte: aprovamos tudo e depois desmembramos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Não, não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – V.Exa. me permite uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO – Como conversei com o Deputado Jorginho, e eu queria fazer esse esclarecimento ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, a idéia da audiência é justamente criar esse contraponto. Ou seja, no momento em que o Diretor Geral do Hospital Psiquiátrico falar algo, e o Juiz ou a Juíza tem um entendimento diverso daquele entendimento que ele quer implementar naquele sistema prisional... Então, seria importante, Deputado Arnaldo, que estivessem todos juntos na audiência.

Fosse pela ponderação feita por ele, eu concordo. De fato, são assuntos distintos. Mas me parece que ali o que ele busca é justamente o contraponto; é ouvir do Juiz e do psiquiatra como eles vêem o sistema carcerário, criando exatamente o conflito de idéias, no sentido de buscarmos uma unidade de proposta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - V.Exa., como Promotor, sabe que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Deputado Jorginho Maluly, nós estamos discutindo aqui o Requerimento nº 87/07. O primeiro, o 86 foi aprovado. Estamos discutindo o Requerimento nº 87/07, onde V.Exa. solicita a realização de audiência pública para ouvir o Diretor Geral do Hospital de Custódia e



Tratamento Psiquiátrico de Franco da Rocha II, a Juíza substituta da Primeira Vara de Execução Criminal, Regiane dos Santos; Dr. Charles de Kirlary, psiquiatra; e o ex-Juiz titular da Primeira Vara de Execução Criminal, Dr. Cláudio do Prado Amaral.

O Deputado Arnaldo Faria de Sá sugere que sejam feitas audiências em separado: numa, o Diretor Geral do Hospital de Franco da Rocha e o psiquiatra, Dr. Charles; na outra, a Juíza substituta da Primeira Vara Criminal, Regiane dos Santos, e o ex-Juiz, Dr. Cláudio.

O Deputado Arnaldo acha que vai haver um constrangimento. Enfim, não poderíamos fazer uma acareação com o Juiz junto, não é? E o Deputado Carlos Sampaio nos relata de que o senhor tem a intenção de que realmente haja essa... Então, nós gostaríamos de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos, obrigado pela deferência, nobres colegas, funcionárias da CPI, senhoras e senhores, em primeiro lugar, eu quero justificar. Eu estava em plenário, inscrito para falar. Exatamente o que eu iria falar lá era para defender a nossa CPI, que está tendo pouca atenção na Casa. Nós estamos tendo dificuldades, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Está justificado.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – É por isso que eu... Já vim aqui duas vezes, no horário marcado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Sim, nós o encontramos aqui duas vezes.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Não foi da minha parte que eu procurei prejudicar o andamento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Com certeza.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Mas o que nos choca nesse caso — e foi motivo da minha solicitação de audiência, e agradeço o apoio recebido — é a situação em que se liberou esse marginal, o que acabou destruindo uma família com a morte de 2 irmãos adolescentes. Eu tenho filhos nessa idade, não gosto de imaginar se isso acontecesse dentro do seio do meu lar ou de qualquer brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Qualquer um de nós.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Acompanhando as reportagens da mídia, da televisão, depoimentos de médicos que acompanharam esse preso dizendo que ele não tinha a mínima condição de ser solto, que ele era uma pessoa



perigosa, que ele é um psicopata, nós queremos esclarecer esses mecanismos, para alterar, até se for o caso, fechar aquele hospital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Que não tem condição, não é?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Eu vi o depoimento de um médico que fez a perícia no local — acho que no *Fantástico*, da Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Foi.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Eu tenho o maior respeito pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que é um dos nossos mestres aqui nesta Casa, pela sua experiência de vida, de Parlamentar, nós que somos jovens, que estamos começando a vida aqui agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Toda sessão eu fico vendo o Deputado Arnaldo lá, e estou tentando aprender com ele como é que se faz para falar todo dia, a todo momento lá.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Presidente, eu sou uma pessoa bastante conciliadora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – É só usar o Regimento, Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Eu sou uma pessoa bastante conciliadora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – Eu vou passar o final de semana agora estudando o Regimento.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Eu estou indo no avião, agora, todas as vezes, eu vou ao Regimento e leio pelo menos umas 10 páginas com calma para poder me acostumar com ele para chegar nesse nível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Vamos chegar. Nós vamos chegar lá um dia.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Com certeza, porque temos um mestre como ele do nosso lado, que nos ajuda mais ainda, assim como o Deputado Carlos Sampaio, que é um Promotor de Justiça, um militante nessa área jurídica, e temos outros colegas.

Eu gostaria de fazer a audiência junto, mas não sou radical. Queria as ponderações dos colegas, não é? Se houver um consenso nesse sentido... Eu até



não sou radical, até abriria mão e fazer em duas, mas a minha idéia inicialmente era colocar todo mundo junto. Agora, eu abro para os colegas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – O senhor é que decide, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Eu gostaria de fazer junto, Presidente. Sem nenhum... Não quero constranger o Deputado Arnaldo, mas eu gostaria de fazer junto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Eu queria ponderar ao nobre Deputado Jorginho Maluly que poderíamos aprovar o requerimento na íntegra, mas com audiências separadas. Se V.Exa. não concordar, eu vou ter que encaminhar contra, e não gostaria de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY – Eu acho que o importante é ouvir todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) – É.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Então, eu concordo. Aprovamos o requerimento na íntegra e fazemos em duas etapas, se for o consenso com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem.

Então, os Deputados que...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vou sugerir, através de requerimento à Comissão — não deu para entrar hoje — que as audiências sejam feitas concomitantemente às visitas nos Estados; que, automaticamente, ao fazermos as visitas aos Estados, visitemos e tenhamos mais condições de ouvir o juiz de execução criminal, o promotor, as entidades da sociedade civil e, eventualmente, detentos.

Portanto, eu acho que se pode aprovar o requerimento. Eu acho que a Comissão está num clima bem harmônico e vemos qual a melhor forma de extrair o máximo das pessoas que estão sendo indicadas.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Presidente, eu vou defender a tese de que seja feita aqui essa audiência, porque eu acho que aqui tem um peso



de... A presença da pessoa aqui dá outro... A pessoa vem aqui com outra preocupação, com outra... Com todo respeito ao...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Outro *status*. Está bem. Eu respeito...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu concordo com a proposta do Deputado Jorginho Maluly que seja feita aqui. A minha única solicitação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - É que seja separado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Separado em duas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Está bem. Com isso o autor do requerimento já concordou, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Para darmos prosseguimento, então, colocamos em votação o Requerimento nº 87/07, do Deputado Jorginho Maluly, de que sejam convocadas essas quatro pessoas e que sejam ouvidas em separado.

Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em discussão o terceiro requerimento, que passo a ler — e aqui represento o Deputado Neucimar:

Requerimento Nº 88/07 - do Sr. Neucimar Fraga - que "requer seja requisitado das Secretarias de Segurança Pública, ou congêneres, dos Estados da Bahia e Ceará, informações acerca dos presídios eventualmente privatizados e/ou terceirizados e, se houver, cópia dos respectivos contratos e ou convênios".

Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, evidentemente há uma diferença entre privatização e terceirização. Essa terceirização a que ele se refere, talvez, eu não sei, mas devem ser aqueles presídios que são coordenados por ONGs.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É isso.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - São entidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Os...



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - ONGs.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não. Os terceirizados?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Os terceirizados. Eu imagino que seja isso, diferentemente dos privatizados, que realmente saem do poder da esfera pública para a esfera privada.

Então, eu só indago — e fiz essa indagação ao Deputado Neucimar, que disse que explicitaria isso no ofício que vai encaminhar — se ele quer saber com relação ao presídio privatizado ou terceirizado, ou também de serviços terceirizados. Porque se for só o presídio, daí a questão da ONG. Se forem os serviços terceirizados, daí tem prestação de alimentos, enfim, outros serviços de natureza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - O objetivo nosso aqui é fazer uma radiografia geral. Acho que seria tudo, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Pois não, Deputado Arnaldo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, na linha do Deputado Carlos Sampaio, nós temos que fazer uma correção no requerimento: requerer, nos termos regimentais, àqueles Estados que têm Secretarias de Segurança Pública, ou congêneres, dos Estados da Bahia e Ceará, informações acerca dos presídios privatizados e/ou serviços terceirizados. Tirar a palavra “eventualmente”. Eu acho que nós não podemos usar essa palavra “eventualmente”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Aceito a sugestão, Deputado. Não altera o conteúdo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tirar o “eventualmente” e inserir “serviços terceirizados”.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Deputado Arnaldo, e colocar “serviços” na frente de “terceirizados”.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Isso. É o que o Carlos Sampaio falou.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu havia ponderado sobre isso com o Deputado Neucimar; ele disse que alteraria para incluir os serviços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - É que não se pode afirmar que existe. É nesse sentido que o Secretário está me ajudando aqui.



Pois não, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nós não sabemos se existem presídios privatizados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Isso. É. Nós não temos certeza.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, não vou aprovar esse requerimento.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Mas, Presidente, ele está direcionado para dois Estados. Vamos fazer um requerimento...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ou tira o “eventualmente” ou eu não vou aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Não tem problema, podemos tirar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aprovar um requerimento em tese, não dá. Ou é em concreto ou não é .

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Arnaldo, inclusive tem dois Estados direcionados. Com é que você vai direcionar para dois Estados se não tem...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu imagino que o direcionamento deva-se exatamente ao fato de esses Estados terem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ou tira o “eventualmente” ou vou derrubar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Tudo bem, Deputado. Dentro da sua suave requisição, nós vamos concordar. *(Riso.)*

Em votação, então, com a alteração, substituindo a palavra “eventualmente” por “serviço”, ficaria a seguinte redação: requer que seja requisitado...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, não é substituindo não; é suprimindo “eventualmente” e colocando “serviços terceirizados”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Sim, é o que eu estou dizendo aqui. Vou ler agora para o senhor, Deputado: requer que seja requisitado às Secretarias de Segurança Pública, ou congêneres, dos Estados da Bahia e Ceará, informações acerca dos presídios que tenham serviços privatizados e/ou terceirizados, e, se houver, cópia dos respectivos contratos e convênios.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, se me permite, seria acerca dos presídios privatizados e/ou com serviços terceirizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - E/ou com...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Serviços terceirizados. Não é... O "serviços" não é antes do "privatizados". É antes do "terceirizados".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito bem. Relendo: que seja requisitado das Secretarias de Segurança Pública, ou congêneres, dos Estados da Bahia e Ceará, informações acerca dos presídios privatizados e/ou com serviços terceirizados, e, se houver, cópia dos respectivos contratos e/ou convênios.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quarto requerimento em discussão, que passo a ler:

Requerimento n.º 89/07 - do Sr. Jorginho Maluly - que "requer a realização de Audiência com as empresas Santa Bárbara Engenharia e Construção Ltda, RONAM Telecomunicações Ltda, ABILITY BR e CIL TRONICS Tecnologia em rastreamento, para conhecer e debater o uso de tecnologia para o aumento da segurança dos estabelecimentos prisionais"

Deputado Jorginho.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, aproveito para agradecer a aprovação do outro requerimento, pois eu não estava presente, da convocação dos Prefeitos.

Nós acompanhamos, quem esteve aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - O Deputado Carlos Sampaio o representou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Deputado Jorginho, vamos votar logo senão começa a Ordem do Dia e você perde o requerimento.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MALULY - Não, só para pedir o apoio e dizer que nós tivemos aqui o depoimento das autoridades da inteligência da Polícia, dos presídios, e eles comentaram, quem acompanhou, na terça-feira, a importância dessa tecnologia, as dificuldades nas compras. Eu sugiro a essas empresas, Santa Bárbara, que é construtora, que faz presídios, projetos. Se alguém quiser sugerir algo mais, eu abro mão do requerimento para que o Deputado Carlos Sampaio ou o



Deputado Arnaldo, se quiserem, incluam mais alguém nesse debate, ou o Presidente, ou o Relator. É só contando com o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mais alguma sugestão?
(Pausa.)

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em discussão o quinto requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, acho que já se iniciou a Ordem do Dia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Já se iniciou. Está piscando aqui a luzinha.

Em discussão o quinto requerimento, que passo a ler:

Requerimento n.º 90/07 - do Sr. Dr. Talmir - que "requer que seja solicitado...

o Deputado Dr. Talmir está presente?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Então, nós passamos adiante. Retiramos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, acho que esse, na verdade não pode ser o preceito, porque o Deputado Neucimar não estava presente e nós aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mas eu o estava representando, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. No caso do requerimento não cabe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - É que não tem ninguém para defender aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É que se iniciou a Ordem do Dia. Acho que nós não podemos votar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Mas, também por isso. Mas, nós...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Todos os demais são do Deputado Talmir.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Acho que todos os demais são do Deputado Talmir.

Então, acho não há nem a necessidade de nós discutirmos, porque ficam prejudicado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, a relatoria,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Deputado Domingos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só comunicar à Comissão que a relatoria recebeu vários pedidos de subrelatorias, e nós estamos deferindo a subrelatoria para cuidar dos presídios femininos, que a Deputada Cida Diogo requereu; o Deputado Raul Jungmann, que pediu uma subrelatoria sobre o crime organizado; o Deputado Ayrton Xerez, para organizar a legislação atual e os projetos em tramitação; o Deputado Paulo Rubem, sobre a questão orçamentária dos presídios; o Deputado Busato, sobre a arquitetura dos presídios e a Deputada Iriny, sobre o perfil da criminalidade. São essas 6 subrelatorias que nós estamos deferindo para avançarmos.

Também quero informar sobre a visita de terça-feira no Complexo Penitenciário de Brasília. Seria muito importante que a Comissão toda estivesse presente, pelo menos a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Dia 9, nós vamos fazer uma visita ao presídio da Papuda, e dia 10, ao presídio feminino, que a Deputada... Não sei se é a Deputada Cida ou... Acho que a senhora que fez a solicitação, não é? Isso. Vai acompanhar então essas duas diligências.

Então, convoco os Srs. Deputados a participarem das diligências, que vão se realizar nos próximos dias 9 e 10, no Complexo Penitenciário de Brasília. Maiores informações com a Secretaria da Comissão.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a audiência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, antes de encerrar, eu pediria que a Assessoria comunicasse aos Deputados das subrelatorias; que a Assessoria discutisse na segunda-feira ou terça com o Relator os procedimentos para podermos avançar e que pudéssemos, logo após a visita, reunir o comando político da CPI para estabelecermos um calendário de visita aos Estados.

Há o consenso de que, ao fazer as visitas, se façam as audiências nos Estados. Acho que é mais prático, diante das dificuldades aqui de estrutura da CPI,



trazer gente etc. Acho que assim aproveitamos a visita fazendo as audiências nos Estados, sem prejuízo para os Deputados que quiserem convidar pessoas para virem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Srs. Deputados, vão ter que discutir na próxima reunião.

Declaro encerrados os trabalhos.